

AS REPRESENTAÇÕES CARTOGRÁFICAS NOS MANUAIS DE HISTÓRIA

Roberto Filizola (*)

O emprego de imagens fotográficas, gráficos, desenhos e mapas constitui-se numa exigência do mercado de livros didáticos. Entretanto, seu uso nem sempre é cercado dos devidos cuidados. O caso dos mapas é significativo: falta-lhes a escala, a linguagem cartográfica pouco comunica, o excesso de informações representadas dificulta sua leitura. Considerando-se que o mapa é um meio de transmissão de informações e que sua produção não se destina unicamente a ilustrar publicações, sejam as que forem, o presente trabalho de pesquisa, que está em andamento no Curso de História da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP), pretende estabelecer um elo entre o Ensino Superior e as modalidades de Ensino Médio e Fundamental, contribuindo, assim, para reduzir a distância entre os mesmos, bem como integrar a pesquisa à prática social.

O espaço geográfico é um espaço localizável, conseqüentemente, passível de ser cartografado. Cartografar o espaço pode significar para o usuário de mapas um certo domínio espacial, além de possibilitar a elaboração de uma síntese dos fenômenos que têm como palco a superfície terrestre (Simielli, 1999).

As pessoas podem realizar diferentes leituras do espaço, lançando mão para isso de diferentes meios, aí incluída a cartografia e suas formas de representar as informações extraídas da realidade. Ocorre que a ciência cartográfica desenvolve uma multiplicidade de produtos, tendo em vista atender as necessidades dos usuários. Nessa perspectiva, um determinado padrão de mapas nem sempre estará promovendo os mesmos efeitos ou atendendo as mesmas necessidades para todos os usuários. Afinal, a leitura de mapas não é um ato isolado, pois envolve, além de aspectos cognitivos, que podem variar de indivíduo para indivíduo, outros mais, de natureza cultural e até mesmo sócio-econômica. Portanto, os mapas que integram os livros didáticos não podem ser construídos de forma aleatória, tampouco se dispõem apenas a ilustrar os textos. Destarte, na construção de mapas, o “fazedor de mapas” deve, necessariamente, ter em mente, que o aluno-usuário, de acordo com sua faixa etária, seu grau de desenvolvimento psicopedagógico e a experiência já vivenciada em cartografia, poderá trabalhar com produtos, em algum desses níveis, dispostos em ordem crescente de complexidade:

- localização e análise;
- correlação;
- síntese

Assim, quanto mais instrumentalizado o aluno, mais elaborados podem ser os mapas por ele manipulados.

Considerando-se, ainda, que a cartografia é um meio de transmissão de informações, a simbologia empregada na confecção de mapas deve ser rigorosa. Isso porque a cartografia se insere no contexto da representação gráfica, dentro da comunicação visual. Com isso, o mapa pode ser concebido como integrante do sistema semiológico monossêmico, onde a relação entre o significados dos signos é exaltada (Martinelli, 1991). É importante ressaltar que, ao contrário do que muitos ainda acreditam, o mapa não é mais um conjunto de convenções, onde o que mais interessa é a relação entre o significado e o significante dos signos. Queremos com isso mostrar que o mapa pode ser concebido como um instrumento poderoso para a formação de um raciocínio geográfico (ou histórico) a respeito de um fenômeno.

Nos estudos até aqui efetuados, fizemos um levantamento inicial dos autores e suas respectivas obras sobre o tratamento da informação cartográfica e a construção de representações cartográficas. Posteriormente, especial atenção foi dada à produção voltada para a iniciação cartográfica nas séries iniciais e subseqüentes do Ensino Fundamental. De posse desses referenciais, um volume destinado ao Ensino Médio de História foi selecionado para ter seus mapas avaliados, mais especificamente História: das cavernas ao Terceiro Milênio, de autoria de Miriam Becho Mota e Patrícia Ramos Braich, editado pela Moderna.

Inicialmente, gostaríamos de tecer alguns comentários sobre a obra em questão. Trata-se de uma nova tendência do mercado editorial de livros didáticos voltados para o Ensino Médio, que busca agrupar em um único volume o material que antes era distribuído em três, um para cada série desta modalidade de ensino. Ou seja, um “programa completo de : Pré-história e de História Antiga, Medieval, Moderna, Contemporânea, da América e do Brasil”, como vem estampado na página inicial. Nas suas mais de 620 páginas, o livro apresenta 55 capítulos, organizados em 8 unidades.

(*) Mestre pela Universidade de São Paulo - Professor Adjunto do Curso de História da Faculdade de Ciências Humanas e Artes da UTP

Sem querer entrar em qualquer análise sobre os critérios adotados para a realização dos recortes temporais e espaciais, é importante observar que as autoras lidam com uma cronologia que recobre um período de tempo da ordem de milhões de anos e com tamanhos de espaços que variam da escala local à planetária. Nesse contexto, qual a relevância do uso de mapas em uma obra didática com essas particularidades? Ou melhor, o mapa é importante para os estudos de História?

Questão aparentemente banal, talvez até fora de propósito, pois se existem atlas históricos é porque são necessários... Mas, e quanto aos livros didáticos?

Na obra que estamos avaliando, são utilizados 43 mapas ao todo, o equivalente a 1 mapa a cada 14 páginas, aproximadamente. Ocorre que na unidade V, formada por 4 capítulos, totalizando 42 páginas, não é empregado um mapa sequer. O tema central, *A Era das Revoluções*, dispensaria seu uso? Nesse aspecto, nos parece pertinente uma breve consideração sobre o valor das representações cartográficas junto à produção de trabalhos dos mais variados, seja um livro didático, uma obra científica, ou um jornal de circulação nacional.

O questionamento que pode balizar nosso pensamento assim se expressa: o mapa é uma ilustração, apenas? Ou poder ser concebido como um elemento a mais a revelar informações para o produtor do texto e para seus usuários?

Atualmente, o mapa é concebido como um importante transmissor de informações, negando de um lado a idéia da cartografia-desenho e, de outro, reafirmando a concepção da cartografia como meio de comunicação. Nesse sentido, o autor do texto pode valer-se das representações cartográficas no processo de escrita de seu material. Ou melhor, o mapa é parte **integrante** desse processo. Portanto, pode-se inferir que no processo de produção do livro em questão, os autores não se serviram dos mapas como reveladores de informação, ou melhor, como fonte. Por outro lado, não podemos afirmar que eles estejam se prestando apenas como ilustração. Isso pôde ser constatado durante o levantamento dos elementos integrantes dos mapas: escala, título e legenda.

A avaliação feita em relação à legenda nos mostra que a maior parte dos mapas trabalha com um número relativamente baixo de informações, boa parte delas se prestando a dar a localização de um fato, o que possibilita o trabalho de análise por parte do professor junto a seus alunos. Contudo, esse é o nível mais elementar de trabalho com mapas em sala de aula, segundo Simielli (1999). Os outros dois níveis, o de correlação e o de síntese, mais elaborados, estariam praticamente ausentes das atividades de sala de aula.

Quanto à escala, presente em todos os mapas a exceção de um, é importante ressaltar que um determinado fenômeno só pode ser representado em uma determinada escala: uma casa, uma cidade (Lacoste, 1976). Certos raciocínios, por exemplo, somente podem ser elaborados sobre o conjunto do planeta. É o caso de determinadas questões econômicas ou um problema climático como o El Niño. O contrário também se aplica: a erosão em uma encosta para ser devidamente avaliada exige o emprego de uma grande escala. No âmbito da Geografia é comum afirmar-se que “ora é preciso olhar a Terra no microscópio, ora do alto de um satélite”. Até porque a ciência geográfica tem no espaço seu objeto de análise. Segundo Lacoste (1976), a mudança de escala corresponde a uma mudança do nível de conceituação. Nesse caso, é de fundamental importância que se perceba a necessidade de se trabalhar com mais de um nível de análise, uma vez que “nenhum deles é suficiente, pois o fato de se considerar tal espaço como campo de observação irá permitir apreender certos fenômenos e certas estruturas, mas vai acarretar a deformação ou a ocultação de outros fenômenos e outras estruturas” (Lacoste, p.81).

Caberia, nesse momento, levantarmos um novo questionamento, a respeito da validade (ou não) da escolha de diferentes espaços de conceituação na análise histórica. Afinal a história lida com diferentes tempos (curta duração, longa duração). De sua resposta depende a análise mais criteriosa da escala empregada nos mapas do livro que estamos investigando.

A princípio, poderíamos argumentar que “para tudo aquilo que tem uma significância espacial, a natureza das observações que podem ser efetuadas (...) são função do tamanho dos espaços considerados e dos critérios de sua seleção”. (Lacoste, p.82). Portanto, é preciso considerar a relevância que o espaço possa apresentar, por exemplo, para a unidade V, *A Era das Revoluções*, pois nela, não foi empregado mapa algum.

Assim, para a próxima etapa da pesquisa estaremos envolvidos com essa problemática para, então, concluirmos sobre a relevância dos mapas nos livros de história e a possibilidade deles virem a se prestar para um trabalho pedagógico nos níveis de análise e correlação. De posse dessa informação considerar o uso de diferentes ordens de grandeza espacial e os diferentes níveis da análise espacial como um recurso metodológico na investigação em história.

BIBLIOGRAFIA

- LACOSTE, Yves. A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas: Papirus, 1988.
- MORAES, A. C. R. Geografia: pequena história crítica. São Paulo : Hucitec, 1981.
- CORREA, Roberto Lobato. Região e organização espacial. São Paulo : Ática, 1987.
- CASTRO, Iná Elias de (org.) Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1995.
- RANDLES, W. G. L. Da Terra plana ao Globo terrestre. Campinas : Papirus, 1994.
- DREYER – EIMBCKE, Oswald. O descobrimento da Terra. São Paulo : Edusp, 1992.
- GOMES, P. C. da Costa. Geografia e Modernidade. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1996.
- BERTIN, Jacques. A neográfica e o tratamento da informação. Curitiba : Editora da Universidade Federal do Paraná, 1986.
- JOLY, Fernand. A cartografia. Campinas : Papirus, 1990.
- MARTINELLI, Marcelo. Curso de Cartografia Temática. São Paulo : Contexto, 1991.
- SIMIELLI, Maria Elena Ramos. Cartografia no Ensino Fundamental e Médio. In A Geografia na sala de aula. Org. Ana Fani Alessandri Carlos. São Paulo. Contexto, 1999, pp.92 - 108